



ÁLCOOL, MEDICAMENTOS E OUTRAS DROGAS NOS MATERIAIS PARADIDÁTICOS ENTRE OS ANOS 1970-2000: EMBATES DE SENTIDOS NA EDUCAÇÃO

Maria de Lourdes da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ
lullua2@yahoo.com.br

1 – Introdução

“Livro é um desses raros objetos em que o conceito e a representação imediata parecem coincidir.”
Kazumi Munakata

Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa “Materiais Didáticos e Paradidáticos sobre Medicamentos, Álcool e Outras Drogas para o Ensino Básico: abordagens, linhas de ação e finalidades”. O objetivo da pesquisa é analisar os discursos sobre álcool, medicamentos e outras drogas presentes nos materiais didáticos e paradidáticos em circulação no Brasil a partir do final da década de 1960, quando tem início os subsídios do Estado brasileiro às editoras para produção de livros didáticos e paradidáticos. No escopo inicial da pesquisa, analisamos os livros dedicados ao tratamento da temática selecionados pelo Programa Nacional Biblioteca Escolar – PNBE (1996-2015); o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD da Polícia Militar, implantado no Rio de Janeiro em 1992; e os livros paradidáticos de maior circulação sobre o tema a partir da década de 1970. Aqui, apresentamos os resultados preliminares referentes aos materiais paradidáticos não-ficcionais e com marcada função didática, articulando os contextos de produção desses materiais com seus formatos e finalidades.

1.1 – Sentidos da educação e da pedagogia

Quando pensamos em educação, de um modo geral nos referimos à educação formal e não-formal, ou seja, aos espaços planejados à ação educativa, metodicamente

organizados para o compartilhamento/reflexão de determinados conteúdos/conhecimentos, cujas finalidades foram previamente definidas com maior (educação formal) ou menor (educação não-formal) grau de estruturação e sistematização. Nesse caso, costuma-se equipar educação à pedagogia, intercambiando seus sentidos e minimizando ou apagando as zonas não coincidentes, onde esses conceitos se revelam absolutamente distintos. Mas antes de avançar nesse ponto, é preciso trazer a outra modalidade de educação, a educação informal, que é difusa, espontânea e acontece de modo não intencional, não institucionalizado e sem objetivos pré-estabelecidos. Decorrente da ação do meio ambiente, das relações socioculturais e políticas (LIBÂNEO, 2010, p. 90), sua importância “na conformação de hábitos, capacidade e faculdades de pensar e agir do homem” (LIBÂNEO, 2010, p. 91) é considerável. Conforme Libâneo diz, “Há processos educativos mais amplos que se sobrepõem às instituições, aos indivíduos e aos grupos que, tal como outras instâncias da vida social, política, cultural, encontram-se vinculados ao modo de produção da vida material”. (LIBÂNEO, 2010, p. 80).

A vida em sociedade produz efeitos que refletem nos modos como se produz conhecimentos, nos modos de pensar, “na conformação a modelos de normalidade social; regras de convivência; princípios norteadores da conduta; na adoção de ideias políticas; tudo repercutindo no desenvolvimento da personalidade” (LIBÂNEO, 2010, p. 91). Por suas características, não seria pedagógica, já que a pedagogia é da ordem da reflexão teórico-prática associada à técnica, voltada não somente ao entendimento das práticas educativas como aos meios de fomentá-las e executá-las. E o autor continua: “exatamente por causa da importância dos processos educativos informais é que se postula a necessidade da educação intencional” (LIBÂNEO, 2010, p. 92).

As ciências humanas muito se dedicam a essa dimensão da educação por seu caráter inescapável na vida social e na formação humana, embora não a defina nesses termos, senão como educação apenas. Elas são fartas em análises sobre os modos como as sociedades se constituem, se alteram e modulam projetos interessados quando dinâmicas sociais escapam/resistem ou são indiferentes aos modelos postulados.

Essas modalidades de educação são interpenetráveis, de modo que estão impregnadas uma pelas outras em maior ou menor escala. Desde a emergência da escola

e da pedagogia como ciência se busca compreender os mecanismos dessa mutualidade, seus efeitos, limites e formas. Uma vez que impregnam os processos de formação intencionais, o intento é transformá-los em ações conscientes (LIBÂNEO, 2010, p. 93).

Se os processos educativos, intencionais ou não intencionais, são suscitados e suscitam formas societárias, a investigação e o domínio dos modos operacionais desses processos faz da pedagogia a ciência da educação, cuja função é de, empreendendo intencionalidade a esses processos, ser capaz de produzir os seres humanos desejados pela sociedade ou por aqueles que a comandam.

Esse aspecto é de fundamental importância ao entendimento dos equívocos existentes nas políticas educacionais para as drogas. Um desses aspectos é o fato de boa parte dessas políticas está direcionada às estratégias possíveis no sistema escolar, assistencial e de saúde, deixando de fora a educação informal e seus recursos de reprodução. Outro equívoco decorre da pouca ou nenhuma atenção dada aos modos como as diversas instituições sociais abarcam o tema, pois enquanto a educação é pensada apenas no domínio do sistema escolar, as demais instâncias da sociedade estão desempenhando função educativa e/ou pedagógica e conformando tipos humanos e criando sentidos para a humanidade. Isso nos leva ao terceiro aspecto da questão, ainda não devidamente apreciado, que é o fato da sociedade estar *pedagogizada*, ou seja, estar eivada por práticas educativas orientadas e estabelecidas fora dos espaços educacionais tradicionais – a cidade educa através de sua arquitetura; as relações interpessoais educam por seus códigos de conduta, valores e moralidades; as instituições (família, meios de comunicação, Igreja, empresas/fábricas, movimentos sociais etc.) educam por seus preceitos, dogmas, regulação dos modos de participação e pertencimento. O poder pedagógico desses agentes cresce e se consolida a cada dia, assim como suas capacidades de alterar os “estados mentais e afetivos das pessoas” (LIBÂNEO, 2010, p. 27).

No âmbito dos debates contemporâneos a respeito dos livros didáticos e paradidáticos, o recorte aqui operado abarca a máquina editorial dos livros paradidáticos sobre drogas nas décadas de 1970-1990, buscando compreender a produção de sentidos sobre o tema veiculada nesse material. Vale dizer que foram considerados alguns livros cuja finalidade fosse fornecer conhecimentos de qualidade e a destinação fossem os

jovens, as famílias, os professores (em atuação ou em processo de formação) e a comunidade escolar.

1.2 – As Interfaces dos livros paradidáticos

Quando falamos de livros paradidáticos estamos nos referindo àqueles com qualidades de uso e aproveitamento no espaço da educação formal, não-formal e informal. Livros didáticos destinam-se à educação formal – e mesmo não-formal – e seus processos de elaboração envolvem ações pedagógicas precisas quanto à definição dos conteúdos, à metodologia, aos recursos e objetivos. Entretanto, os chamados materiais paradidáticos não são assimiláveis por esses parâmetros, aos quais podem não atender plenamente, sem prejuízo de seus usos educativos. Paradidático é o material incorporado pela educação formal e não-formal por suas potencialidades de aproveitamento, por sua capacidade de aprofundamento sobre determinadas discussões, às quais os livros didáticos não são capazes de oferecer. Assim, uma gama extensa de materiais pode carregar a designação de paradidáticos desde que tenham função nesses espaços educativos.

Kazumi Munakata (1997) nos diz que “o que define os livros paradidáticos é o seu uso como material que complementa (ou mesmo substitui) os livros didáticos” (1997, p. 103), e acrescenta:

Livros paradidáticos talvez sejam isso: livros que, sem apresentar características próprias dos didáticos (seriação, conteúdo segundo um currículo oficial ou não etc.), são adotados no processo de ensino e aprendizagem nas escolas, seja como material de consulta do professor, seja como material de pesquisa e de apoio às atividades do educando, por causa da carência existente em relação a esses materiais. (MUNAKATA, 1997, p. 103).

Segundo o autor, o termo “paradidático” é genuinamente brasileiro, cunhado na década de 1970 no bojo do crescimento do mercado editorial e como parte da sua política de *marketing*. Sendo uma concepção comercial e não intelectual, também não se restringe a um produto literário. Ele pode ser um livro, um gibi, um jogo, um filme etc. Sua função no espaço escolar é aprofundar os conteúdos para professores e alunos.

Boa tarde do crescimento do mercado dos livros paradidáticos se deu em função do interesse do governo no controle dessa produção, fazendo convergir os interesses da indústria editorial que se consolidava na década de 1970. Marisa Lajolo e Regina Zilberman acrescentam:

Outra forma de adequação a esse mercado ávido porém desabitado da leitura foi a inclusão, em livros dirigidos à escola, de instruções e sugestões didáticas: fichas de leitura, questionários, roteiros de compreensão de texto marcam o destino escolar de grande parte dos livros infanto-juvenis a partir de então lançados, quando também se tornam comuns as visitas de autores a escolas, onde discutem sua obra com os alunos. (LAJOLO; ZILBERMANN, 2007, p. 123).

Embora o Estado se torne responsável pela produção e compra dos livros didáticos e incentive e participe da produção dos paradidáticos, ele não assegura sua compra. Desse modo, as editoras lançam mão de estratégias incisivas para atingir seu público. Kazumi Munakata nos diz que é “na circulação que o paradidático se define” (1997, p. 102), sendo esse aspecto fundamental às investidas agressivas da indústria editorial. Segundo o autor, o *boom* dos paradidáticos na década de 1980 está vinculada à desqualificação de vários materiais didáticos, em função da redefinição do paradigma educacional depois da abertura política, acarretando no aumento da credibilidade dos paradidáticos (1997, p. 103).

Se o livro didático é parte constituinte da cultura escolar, os livros paradidáticos, por seu caráter mais abrangente e multifacetado, tornam-se instrumentos da política cultural de um país, meio organizado, sistemático, metódico e intencional de produção de sentidos e representações para o conjunto da sociedade. Seu caráter formador se estabelece no cumprimento de uma agenda precisa, orientada pelos interesses do mercado, muitas vezes alheia e indiferente às intenções do Estado e suas instituições, as quais não exercem controles ou regulações sobre a indústria editorial, a despeito da parceria público-privado e da transferência de recursos daquele para este.

No presente trabalho, analisaremos alguns livros paradidáticos de caráter não-ficcional, estruturados a meio caminho de um livro didático, com características de manual, de material de apoio, onde prevalecem conteúdos de caráter científico e acadêmico. Polifônicos, eles veiculam outras vozes, ajustam enunciados com o fim de incidir sobre condutas, modos de pensar e agir, ordenar populações, conduzir e instalar políticas culturais.

1.3 – Políticas governamentais para os livros didáticos/paradidáticos e o mercado editorial

As políticas educacionais de incentivo aos livros didáticos começaram no Brasil ainda no período Vargas, quando o Instituto Nacional do Livro-INL foi criado, em 1937, por Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública. Entre as atribuições do instituto estava o exame prévio dos livros didáticos pela Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), o estímulo à produção e orientação às importação desses livros. Nas décadas seguintes, o instituto teve pouca expressividade, somente reaparecendo com destaque nos anos 1960, após o Golpe Militar.

Na segunda metade da década de 1960, o INL dá início à produção de livros em parceria com editoras privadas, isso se deu em decorrência da intervenção direta dos EUA na educação brasileira a partir de então. Em função do acordo Agency for International Development (MEC-USAID), justificado como ajuda financeira e apoio técnico à educação brasileira. Na ocasião do acordo, é criada a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted), em 1966, para organizar os processos de produção, edição e distribuição do livro didático (BRASIL, s/d).

No final dessa década, o Decreto-Lei nº 872/1969 instaura o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com função de captar recursos para a educação básica (BRASIL, s/d). Na década de 1970, o Instituto Nacional do Livro passou a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental-PLIDEF/INL (1971-76), incrementando a parceria público-privado para a publicação de livros didáticos e paradidáticos (PERES; VAHL, 2014, p. 54). Em 1976, o INL é substituído pela Fundação Nacional do Material Escolar-FENAME, a quem cabe competência pelos programas do livro didático com fundos provenientes do FNDE (BRASIL, s/d). Essa parceria mobiliza o setor editorial dos profissionais da área (escritores, ilustradores, editores etc.) do mercado de livros, aumentando investimentos, intensificando o lançamento de novas obras e inovando na veiculação, com a comercialização de livros diretamente nas escolas (LAJOLO; ZILBERMANN, 2007, p. 124).

Esse foi o início de uma investida ascendente das editoras sobre o espaço escolar, alcançando elevada escala na produção de livros didáticos/paradidáticos e de atendimento às escolas na década de 1980, apesar da crise econômica vivida no país (MUNAKATA, 1997, p. 43). Os recursos asseguram continuidade da parceria MEC-editoras (BRASIL,

s/d.) e também a modernização do sistema editorial, implicando na “regularidade de lançamento no mercado e agenciamento de todos os recursos disponíveis para criação e manutenção de um público fiel” (LAJOLO; ZILBERMANN, 2007, p. 124).

A FENAME é substituída, em 1983, pela Fundação de Assistência ao Estudante-FAE, sendo iniciativa dessa fundação o envolvimento dos professores no processo de seleção dos livros, assim como a extensão do programa a todas as séries do ensino fundamental. Em 1985, o Programa Nacional do Livro Didático-PNLD consolida as propostas da FAE com os recursos do FNDE. A mudança centraliza na FAE o controle político da gestão de produção dos livros com o “aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção” (BRASIL, s/d). Os paradidáticos não entram diretamente nessa conta, não estando assegurada sua compra pelo Estado. Assim, as editoras passam a investir na construção de um mercado para esse produto. Munakata (1997, p. 103) diz que as editoras passam a investir em *marketing* pesado de divulgação dos paradidáticos como material de aprofundamento dos temas não cobertos satisfatoriamente pelos livros didáticos. A intensificação da oferta de paradidáticos nessa década promove crescimento da venda dos paradidáticos em um contexto político-econômico recessivo.

2 – Metodologia

Este trabalho analisa a produção de sentidos contida nos discursos dos livros paradidáticos sobre álcool, medicamentos e outras drogas, de caráter não-ficcional, publicados entre as décadas de 1970 e 1990. Entendemos a importância do livro enquanto documento histórico complexo e expressão organizada e orientada da política cultural, entretanto, pensamos o livro enquanto suporte de registro de discursos, cujas condições de produção específicas de cada livro são determinantes para os sentidos produzidos. A historicidade dos livros, expressa em sua discursividade, condiciona o entendimento de seus contextos à capacidade de compreensão das representações ali presentes. Da mesma forma, o entendimento do diálogo como condição ontológica (PONZIO, 2016, p. 49) implica dar-se conta da natureza polifônica dos discursos, das ancoragens e remissões presentes em todos os enunciados, assim como dos endereçamentos projetados (BAKHTIN, 1986).

Roger Chartier (1998) entende a emergência do livro, enquanto artefato material, como tentativa de ordenamento do mundo escrito. Para ele, “o livro sempre visou instaurar uma ordem” (1998, p. 08), uma ordem dos discursos. Ele destaca a emergência da autoria como elemento importante nos esforços para a estabilização de sentidos:

Toda criação (...) inscreve nas suas formas e nos temas uma relação: na maneira pela qual – em um dado momento e em determinado lugar – são organizados o modo de exercício do poder, as configurações sociais ou a economia da personalidade. (CHARTIER, 1998, p. 09).

Mas avança mostrando os limites do procedimento. Se por um lado, o processo de produção dos livros visa controlar a produção de sentidos do texto, buscando instalar constrangimentos e regras ao leitor, por outro lado, afirma o autor, a leitura é, por definição, rebelde, pois há infinitos artifícios para subverter as lições impostas. Essa vontade prescrita inscrita nos livros pelas agências editoras e seu arsenal de especialistas, incluindo aí, o autor, não chega a cumprir seu intento, mas fornece campos de significações, que é o que nos interessa compreender. E aqui cabe uma ressalva, dada pelo próprio Chartier quando diz que “a obra não é estática e seus sentidos dependem das competências e expectativas dos leitores” (1998, p. 09), nos alertando para o fato de que o sentido apreendido é aquele que estamos aptos a alcançar no momento exato em que o realizamos.

Essas circunstâncias nos trazem duas ordens de organização necessárias à escrita historiográfica: 1 – o texto do historiador é irremediavelmente dialógico, pois recruta interlocutores diversos, do seu tempo e daquele que estuda, estando portanto acompanhado nos enunciados que produz; 2 – os textos do tempo estudado somente podem ser compreensíveis se seus recursos discursivos puderem ser transpostos à inteligibilidade do presente sem que se percam as nuances do tempo em que foram produzidos sob o risco de permanecerem inalcançáveis e de se cair no anacronismo. E esse risco parece tanto maior quanto mais próximo é o passado a que se dedica. Como trabalhamos com discurso, cujas palavras estão sempre carregadas de um sentido ideológico ou vivencial, cuja qualidade é dinâmica e mutável, pensaremos a linguagem escrita no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular, buscando alcançar a contingência de sua forma irrepetível de enunciação.

Essa é uma pesquisa qualitativa, orientada pela análise dialógica dos discursos contidos nos livros paradidáticos estudados. Seleccionamos quatro dentre os mais conhecidos e vendidos no período estudado. Passemos a eles.

3 – Discussão

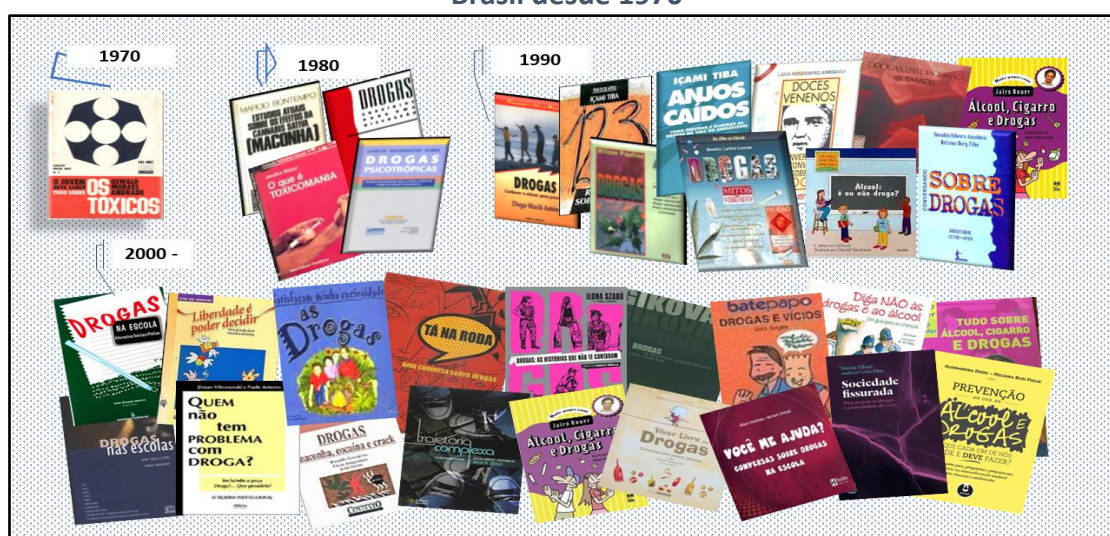
3.1 – Os Paradidáticos sobre Drogas

O primeiro paradidático a destacar, *Tudo que o jovem deve saber tudo sobre os tóxicos*, do psiquiatra Oswald Moraes Andrade, foi publicado em 1971, numa parceria entre o Instituto Nacional do Livro/MEC e a Bloch Editores, na coleção Brasil Hoje. O imperativo do título não só apresenta o contexto político de sua produção como supõe dar ao jovem tudo o que há de conhecimento sobre as drogas. Em formato *pocket*, o livro traz introdução e 7 capítulos distribuídos em 64 páginas nos quais aborda o ópio e seus derivados; alucinógenos (LSD-25); o maconhismo: vício mundial; a cocaína como instrumento de dominação colonial; os psicoestimulantes: bolinhas e picos; o alcoolismo: mal milenar e um alerta. O autor, Diretor do hospital Pinel, psiquiatra da Divisão Nacional de Saúde Mental também é também autor do trabalho “Dependência (toxicomania) e o novo código penal”, publicado na Revista de Informação Legislativa do Estado da Guanabara, em 1970, e de onde retira parte do texto do livro - ele tem chancela política. Das drogas retratadas, poucas têm a ver com a realidade de uso do Brasil, embora guarde relação com os debates internacionais e realidades de outros países. Del Olmo nos diz que no início dos anos 1970, “a heroína passou a ser, no discurso, sinônimo de ‘perturbação social’ nos Estados Unidos, porque estava fazendo estragos entre a juventude de classe média” (2009, p. 39). O álcool aparece no penúltimo capítulo e o tabaco ainda gozava de um estatuto moral diferenciado.

Escrito ainda sob a vigência da Lei de Drogas de 1938, ele faz atravessar à segunda metade do século as discussões e conceitos sobre o tema, aos quais agrega elementos das regulações do Regime Militar, como o Decreto-Lei 385/68, que alterou o art. 281 do Código Penal ao igualar a punição penal entre traficante e consumidor, e a Lei No 5.726/71, em cujo artigo 5º dispõe sobre a obrigatoriedade de educadores realizarem os cursos oferecidos pelas unidades da federação no início de cada ano letivo; determinava obrigatoriedade das direções escolares denunciarem, sob pena de perda do cargo, alunos

usuários e/ou traficantes e determinava a perda da matrícula para o aluno assim apanhado. Esse recrudescimento da legislação sobre drogas após longo período de imobilidade ocorre no contexto de disseminação do movimento da contracultura, de resistência à ditadura imposta e do início da “Guerra às Drogas” lançada pelos Estados Unidos. Essa legislação dá início à diversas iniciativas de ofertas de cursos, simpósios para debates e produção de material didático e paradidático para subsidiar a normativa imposta.

Figura 1- Exemplos de livros paradidáticos não-ficcionais sobre drogas publicados no Brasil desde 1970



Fonte: Internet

Ao iniciar com a definição de toxicomania pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e destacar o aspecto social da dependência “nocivo ao indivíduo e à sociedade” (1971, p. 3), o livro caminha no sentido da descrição dos aspectos clínicos dos casos de dependência: decadência física, efeitos sobre a mente e comprometimentos psiquiátricos, alterações genéticas, envolvimento com o crime. Esses fatores justificariam intervenção e detenção de usuários e traficantes. A literatura nacional consultada ainda é do início do século XX: Pernambuco Filho, Heitor Péres, Roberto Cordeiro de Farias, Décio Parreiras, João Mendonça, entre outros. A estrutura desse livro e seu conteúdo já anunciam um formato que será consagrado nos livros paradidáticos não-ficcionais sobre o tema a partir de então. Centrado na abordagem da saúde, ele roteiriza um percurso que segue a descrição científica das drogas, sua classificação, efeitos e danos ao organismo.

A década seguinte trouxe a liberdade do debate com a restauração do estado democrático de direito. Sendo também a década do surgimento da AIDS, da consolidação do narcotráfico, o barateamento das drogas, crescimento do consumo entre as parcelas mais pobres da população e explosão da violência relacionada às drogas, especialmente nas áreas de venda das drogas no varejo, nas periferias das grandes cidades brasileiras. No campo científico, as ciências humanas entram em cena para estudar o fenômeno. Ganham espaço nos debates acadêmicos no Brasil os trabalhos de Griffith Edwards e Claude Olivenstein e novos paradigmas são estabelecidos à compreensão da dependência. Chegam também as políticas na saúde e assistência pautadas na redução de danos.

A lei de drogas vigente, instituída em 1976¹, determinava, em seu artigo 5º, inclusão de ensinamentos sobre as “substâncias entorpecentes” nos cursos de formação de professores, além de inclusão obrigatória de “pontos que tenham por objetivo o esclarecimento sobre a natureza e efeitos das substância entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica” (BRASIL, 1976). A exigência, apesar de constituída em período político de exceção, ao apontar na direção da formação de professores e dos alunos do então 1º grau, acaba por criar uma demanda por livros direcionados aos dois segmentos, pelo menos.

A partir dessa época ocorre um aumento gradativo de paradidáticos não-ficcionais, tanto para o segmento do 1º grau quanto para os cursos de formação de professores. As abordagens também se diferenciam. O livro de Márcio Bontempo, *Estudos atuais sobre os efeitos da Cannabis sativa (maconha)*, foi publicado pela Global e Ground e teve sua 1ª edição em maio de 1980; a 2ª edição em julho desse mesmo ano; a 3ª em julho de 1981 e a 4ª em abril de 1986. Dizendo não postular defesa do consumo da maconha, mas neutralidade quanto a essa questão, o autor opera um deslocamento em relação ao livro de Moraes Andrade ao discutir sobre a maconha. A começar pelo relato do uso milenar da planta por outras populações além dos negros africanos, como chineses, egípcios e portugueses; segue destacando as propriedades terapêuticas da planta na homeopatia e na alopatia; destaca seu efeito tranquilizante e nega relação da planta com

¹ Lei N. 6.368, de outubro de 1976. Essa lei somente foi substituída em 2006, pela Lei 11.343.

a violência e o crime; saindo do campo da psiquiatria, adota a psicanálise e os conflitos entre o ego, id e superego que podem ocasionar “doença psicomenta” quando associados a “uma série de fatores” e conclui “fica claro que o emprego da cannabis em psiquiatria, em psicanálise ou em estudos psicológicos diversos, fornece um rico campo de pesquisas” (1986, p. 41), enquanto Moraes Andrade menciona a aplicação terapêutica de psicotr3picos, mas declara ineficácia do experimento (1971, p. 16, 33).

Seguindo o roteiro proposto pela lei, não deixa de apresentar a classificação da planta, seus efeitos no organismo, interações medicamentosas. Quanto aos danos causados pelo uso da cannabis, diz: “estudos em consumidores crônicos com rendimento predominantemente diminuído em várias partes do mundo, não revelaram qualquer prejuízo marcante da saúde ou do funcionamento psicológico (Secretary, 1972; Beaubrum, e Knight, 1973)” (1986, p. 49). O deslizamento de sentidos sobre a *cannabis* entre um livro e outro, associado ao fato de que o livro de Bontempo teve ao menos 4 edições, enquanto que o de Moraes Andrade apenas uma, dão indícios dos significados sobre a maconha em circulação e do tipo de discussão procurada. Márcio Bontempo publica seu livro ainda sob o regime militar e seu trabalho ganha fôlego na primeira metade daquela década.

Fechando a década de 1980, o livro da Jandira Masur e Elisaldo Carlini, *Drogas – subsídios para uma discussão*, 1ª edição de 1989, abre com um questionamento: “Repressão ou legalização?” São apresentados prós e contras para a discussão numa perspectiva clínica, aliada à socioantropológica e histórica. Segue apresentando a classificação, os riscos, os danos causados pelo uso das drogas, modulando a argumentação com exemplos de contextos diversos de uso. Esse, claramente, é um livro para profissionais da educação, saúde, assistência etc., não para estudante. Já o *Livreto Informativo sobre Drogas Psicotr3picas*, publicado numa parceria do Centro Brasileiro de Informações sobre drogas Psicotr3picas-CEBRID – dirigido pelo próprio Elisaldo Carlini – com a Secretaria Nacional Antidrogas-SENAD², em 1987, é destinado aos alunos a partir da 6ª série do ensino fundamental e não escapa ao conteúdo pré-estabelecido, concentrando seu conteúdo na: 1) definição e classificação das drogas –

² Hoje, a SENAD é Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

algumas vezes acompanhada de uma breve história da substância –, 2) descrição dos efeitos e danos causados por elas no organismo.

A partir da década de 1990 multiplicam-se as publicações sobre o tema de maneira vertiginosa. A lei de drogas permanece a mesma, mas o debate em torno da necessidade de modificá-la se intensifica, sobretudo, em função das iniquidades produzidas pela lei na sociedade. Multiplicam-se também as avaliações quanto ao fracasso da guerra às drogas, enquanto uma variedade de substâncias passa a circular em maior proporção, como ecstasy e crack. As pesquisas sobre o tema no campo da antropologia, sociologia e história contribuem para que os conhecimentos sobre a matéria saiam do campo médico-jurídico e se constituam como domínio interdisciplinar. O desenvolvimento de políticas sociais públicas, pautadas nos princípios dos direitos humanos, aliadas às críticas às práticas punitivo-repressivas das instituições da segurança, jurídica e mesmo médica e assistencial, faz com que a abordagem da redução de danos ganhe espaço e norteie as lutas pela consolidação de políticas governamentais com esta orientação na década seguinte. Torna-se hegemônico o conceito de dependência pautado no tripé: sujeito-substância-meio social, muito em função da consolidação das ciências humanas no debate.

Apesar disso, a educação resistiu, e ainda resiste, a assumir posição no debate. Boa parte dos livros paradigmáticos aqui analisados foram escritos por psicólogos, psiquiatras, médicos, filósofos, enfermeiros. Comparativamente, a participação dos profissionais da educação nos debates tem se mantido reduzida, a despeito de todo incentivo realizado para que os professores abracem a causa. De todo modo, a produção de paradigmáticos dos anos 1990 em diante apresenta deslocamentos importantes de sentido e percepção sobre as drogas. Isso não quer dizer que os discursos repressivos-punitivos enfraqueceram ou diminuíram, mas que o debate havia se tornado mais aberto e direto. A entrada do meio social como variável necessária à compreensão dos quadros de dependência, uso abusivo e problemático transfere os argumentos da causação dos quadros patológicos para a sociedade e seus meios de (re)produção das injustiças, diluindo as explicações de caráter biológico, genético e hereditário. É o que encontramos no livro da psicanalista Lídia Rosenberg Aratangy, *Doces Venenos – conversas e desconversas sobre drogas*, publicado em 1991, inicialmente, pela editora Olho D'água,

e depois pela editora Melhoramentos. O título do livro em si já enuncia uma representação diferenciada das drogas. O contraditório dele dá o mote da discussão.

A narrativa oscila entre o ficcional e o conteúdo de caráter científico, mesclando os arquétipos dos contos de fadas com os modos de funcionamento da cultura e da mente humana, através de uma prosa literária. A partir de uma conversa entre mãe e filha, a discussão vai acontecendo e o já clássico conteúdo, fundamentado no paradigma médico como necessário à preservação da saúde, vai sendo apresentado ao longo do texto: os conceitos de dependência química e psíquica; a síndrome de abstinência; a classificação das drogas; os seus efeitos no organismo. Utilizando o artifício de perguntas e respostas; de misturar na mesma narrativa parábolas, contos e conhecimentos produzidos nas ciências humanas e biomédicas; doces e venenos; a autora polemiza conceitos e provoca reflexões percorrendo os meandros das relações interpessoais familiares e sociais. O livro já está na 17ª edição e deu origem a uma coleção homônima – Coleção Doces Venenos – na mesma editora³.

No contraponto a essas inovações, o livro do psiquiatra Içami Tiba, *123 respostas e perguntas sobre drogas*, reitera os mesmos conceitos de mundo das drogas x mundo sem drogas; preconiza uma “educação antidroga” (1998, p. 56); reitera sem discussão categorias problemáticas pelo teor do preconceito que carregam, tal como “drogado” e “viciado” em inúmeras passagens; nega o prazer das drogas (1998, p. 80); condena incondicionalmente o uso da maconha e relativiza o do álcool (1998, p. 18 e 84, respectivamente), entre inúmeros outros. Reitera obediência ao currículo já fixado para os livros que abordam o tema. Ele representa um fechamento dramático para uma década tão rica nos debates sobre o tema.

4 – Resultados

Observamos as variações nas abordagens sobre a temática em seus contextos de produção, recuperando os diferentes significados para as drogas postos em circulação nestes paradidáticos. Os contextos de produção dos livros e as práticas de leitura

³ A coleção tem 4 títulos lançados: O Beco Dos Doces, de Helena Gomes e Rosana Rios; Segredos, de Eliana Martins; Ian Não Está Mais Aqui, de Luiz Antonio Aguiar; e Vulcões Tranquilos, Me Aguardem, de Ivan Jaf. A coleção é coordenada por Lídia Aratangy.

possibilitadas por esses contextos conformam leitores, embora não sejam capazes de definir previamente o manancial de sentidos e representações possíveis de serem criadas por esses, uma vez que os processos dialógicos em jogo na interação social e na comunicação são contínuos, inusitados e ilimitados. Desse modo, em que pese os esforços pra forjar sentidos sobre as drogas pela indústria cultural, alinhada às políticas governamentais, os modos de apropriação dos sentidos propostos não são passíveis da captura integral.

Como resultado, temos uma crescente produção de livros paradidáticos sobre a temática desde a década de 1970, com significativa variação de sentidos nos discursos veiculados. A análise diacrônica dessa produção evidencia uma importante modulação no tratamento da matéria nesses meios, atenuando o alarmismo, o fatalismo e o terror. Nas duas últimas décadas analisadas, observamos o início e a instalação nos livros paradidáticos de uma disputa crescente entre discursos distintos. De um lado, os que reforçam o proibicionismo, o extermínio completo das drogas, a criação de um mundo sem drogas e o vício como uma doença mental que descredencia moralmente as pessoas, a abstinência como única forma possível de relação saudável; de outro, aqueles discursos que concebem a vida social eivada de experiências psicoativas desde tempos imemoriais, experiências que tanto são prazerosas quanto perigosas; as drogas como parte constitutiva do mundo onde todos habitam, às quais devemos conhecer, identificar características e compreender seus lugares e papéis nas sociedades e relações humanas tanto quanto devemos aprender a desenvolver formas responsáveis e sustentáveis de interação e convivência. Nem sempre essa abordagem é sinônimo de antiproibicionismo, podendo ser parte do percurso da abordagem da redução de danos.

Identificamos nos livros analisados um conteúdo constante, que cumpre a função de um currículo mínimo, até onde percebemos, irreduzível. Ele segue mesmo roteiro: 1 – classificação das drogas segundo critérios precisos: origem (natural ou sintética), estatuto jurídico (legal-illegal) e ação no sistema nervoso central-SNC (depressoras, estimulantes ou perturbadoras); 2 – descrição dos efeitos das drogas no organismo e no SNC; 3 – implicações e danos à saúde e à vida social.

Entre os livros que adotam uma abordagem proibicionista, esse currículo ainda agrega outros conteúdos: 4 – proposta de prevenção pela via única da abstinência; 5 – associação entre consumo de drogas com violência e criminalidade, desorganização familiar e social, instabilidade emocional e psíquica; 6 – correspondência entre autoestima, autoconhecimento e autopreservação com capacidade de resistir às drogas, colocando os consumidores que apresentam uso problemático e/ou indevido de drogas como fracos e/ou covardes, incapazes.

Entre aqueles que adotam uma abordagem pela redução de danos, o desdobramento ocorre em conteúdos sobre: 3 – compreensão do percurso histórico e socio-antropológico das drogas; 4 – investimento no desenvolvimento de competências e habilidades socioemocionais para conviver com as drogas e tomar decisões protetivas para si e para os outros⁴; 5 – desenvolvimento de sensibilidade analítico-reflexiva para compreender os problemas que envolvem as drogas nas sociedades contemporâneas.

5 – Considerações Finais

Nos livros paradidáticos analisados identificamos um conjunto de conteúdos comuns a todos seguidos por outros dois conjuntos de conteúdo de acordo com a abordagem adotada. Esse currículo mínimo irreduzível, cujos conteúdos aparecem em todos os livros, decorre do paradigma médico orientador desses discursos. No caso dos discursos proibicionistas, esse paradigma recobre ainda os outros conteúdos, marcados por princípios biologizantes, moralismos e valores individualistas, presentes nesses discursos desde a instauração do proibicionismo e que se atualiza na negociação dos sentidos sobre as drogas através dos preconceitos, discriminações e racismos em circulação na sociedade. Na abordagem pela redução de riscos e danos, é possível identificar a influência dos conhecimentos produzidos no campo das ciências humanas e ver fundamentos como alteridade, solidariedade, justiça social e direitos democráticos como princípios de inteligibilidade à formação humana.

⁴ Esse ponto também está presente nas abordagens proibicionistas de várias matérias didáticas e paradidáticos. Isso deita raízes nas orientações pedagógicas neoliberais, impostas pelas agências internacionais vinculadas à implantação dessa agenda em diversas economias pelo mundo.

Esse entendimento não nega os hibridismos e as formas mistas presentes em livros que acomodam ambos os discursos, mas que não foram aqui analisados. O que convém destacar é a instalação do *modus operandi* da pedagogia como estruturante das práticas de produção de livros, textos e seus discursos. A ação pedagógica da indústria editorial, retroalimentada pelas demandas sociais, lança repetidas vezes e por diversos modos o mesmo conteúdo mínimo irredutível. Se não pode assegurar a permanência de um ordenamento discursivo, ela contribui para modular posições e multiplicar caminhos.

Referências:

- ACSELRAD, G. “Drogas, a educação para a autonomia como garantia de direitos”. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v.16, n.63 (Edição Especial), p.96 - 104, out. - dez., 2013. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista63/revista63_96.pdf
- ANDRADE, OM. **O Jovem deve saber tudo sobre os tóxicos**. Rio de Janeiro: Bloch – INL/MEC, 1971. Coleção Brasil Hoje.
- ARATANGY, LR. **Doces Venenos** – conversas e desconversas sobre drogas. 1ª ed. São Paulo: Olho D’água, 1991.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BRASIL. **FNDE – 50 anos**. Programas do livro: histórico. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/legislacao/item/518-hist%C3%B3rico>.
- BRASIL. **Lei Nº 6.368, de 21 de outubro de 1976**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6368.htm.
- BRASIL. **Livreto informativo sobre drogas psicotrópicas**. Brasília: CEBRID/SENAD, 1987.
- CARLINI-COTRIM, B. & ROSEMBERG, F. Os livros didáticos e o ensino para a saúde: o caso das drogas psicotrópicas. **Rev. Saúde pública**. S. Paulo, 25: 299-305, 1991.
- CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- DEL OLMO, Rosa. **A face oculta da droga**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.
- GRAÇA, JSD.; MAYNARD, CS. **Programa nacional do livro didático: Breve contexto histórico**. 9º ENFOPE e 10º FOPIE. Anais, 2016. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/issue/view/3/showToc>.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura Infantil Brasileira: história e histórias**. 6ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

LIBÂNEO, JC. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MASUR, J.; CARLINI, EA. **Drogas – subsídios para uma discussão**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MUNAKATA, K. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. Tese de Doutorado. PUC-SP, 1997.

PERES, E.; VAHL, MM. Programa do livro didático para o ensino fundamental do instituto nacional do livro (PLIDDEF/INL, 1971-1976): contribuições à história e às políticas do livro didático no Brasil. **Revista Educação e Políticas em Debate**. v. 3, n.1, jan./jul. 2014.

PONZIO, A. **Dialogando sobre o diálogo na perspectiva bakhtiniana**. São Carlos: Pedro & João, 2016.

TIBA, I. **123 respostas e perguntas sobre drogas**. 3ª ed. São Paulo: Scipione, 1998.